

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas, na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, na Sala das Reuniões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião das Comissões de Justiça e Redação, de Finanças e Orçamento e de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Em atendimento ao art. 89, do Regimento Interno da Câmara Municipal, os trabalhos da reunião conjunta foram presididos pelo Vereador Lauro Aparecido de Toledo, tendo sido designado relator o vereador Tiago de Faria. Compareceram os seguintes vereadores: Lauro Aparecido de Toledo, Tiago de Faria, Willhams Pereira de Moraes, Marco Antonio Zanesco e Thiago Bittencourt Balderi. Foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 55/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições de saúde fornecerem lanche aos pacientes que aguardam atendimento por período superior a 240 minutos, conforme o Protocolo de Manchester. Após discussão os vereadores resolveram encaminhar um Ofício ao Conselho Municipal de Saúde com o seguinte teor: "Venho, por meio deste, solicitar que seja encaminhada cópia do Projeto de Lei nº 55/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições de saúde fornecerem lanche aos pacientes que aguardam atendimento por período superior a 240 minutos, conforme o Protocolo de Manchester, e dá outras (cópia em anexo) ao Conselho Municipal de Saúde do Município de Socorro para que emita parecer quanto ao referido projeto. No aguardo, apresento protesto de elevada estima e distinta consideração". Em seguida foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 57/2024, que concede isenção de IPTU para pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), e dá outras providências. Após discussão os vereadores resolveram estudar melhor a matéria para posteriormente se manifestar quanto a mesma. Em seguida foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 56/2024, que dispõe sobre o fornecimento de uniformes escolar para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Socorro. Após discussão os vereadores resolveram encaminhar um Ofício ao Conselho Municipal de Educação com o seguinte teor: "Venho, por meio deste, solicitar que seja encaminhada cópia do Projeto de Lei nº 56/2024, que dispõe sobre o fornecimento de uniformes escolar para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Socorro (cópia em anexo) ao Conselho Municipal de Educação do Município de Socorro para que emita parecer quanto ao referido projeto. No aguardo, apresento protesto de elevada estima e distinta consideração". Em seguida foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 95/2024, que assegura às mulheres o direito à presença de um acompanhante, nos procedimentos médicos que necessitam de sedação parcial ou total, no Município de Socorro. Após discussão os vereadores resolveram encaminhar um Ofício ao Conselho Municipal de Saúde com o seguinte teor: "Venho, por meio deste, solicitar que seja encaminhada cópia do Projeto de Lei nº 95/2024, que assegura às mulheres o direito à presença de um acompanhante, nos procedimentos médicos que necessitam de sedação parcial ou total, no Município de Socorro (cópia em anexo) ao Conselho Municipal de Saúde do Município de Socorro para que emita parecer quanto ao referido projeto. No aguardo, apresento protesto de elevada estima e distinta consideração". Em seguida foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 96/2024, que

dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pública da relação de pacientes em espera para consultas de especialidades, procedimentos de diagnóstico e cirurgias na Rede Pública de Saúde do município e dá outras providências. Após discussão os vereadores resolveram encaminhar um Ofício à Secretaria Municipal de Saúde com o seguinte teor: "Venho, por meio deste, solicitar que seja encaminhada cópia do Projeto de Lei nº 96/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pública da relação de pacientes em espera para consultas de especialidades, procedimentos de diagnóstico e cirurgias na Rede Pública de Saúde do município e dá outras providências (cópia em anexo) à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Socorro para que emita parecer quanto ao referido projeto. No aguardo, apresento protesto de elevada estima e distinta consideração". Em seguida foi distribuído para apreciação dessas comissões o Projeto de Lei nº 100/2024, que dispõe sobre o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências. O relator, vereador Tiago de Faria, no exercício de suas atribuições, apresentou o seguinte parecer e voto: "Sou favorável à normal tramitação da matéria tendo em vista que o projeto tem por objetivo dar formatação ao Plano Municipal de Cultura, visando atender os anseios do seguimento cultural, visando dar mais efetividade aos trabalhos de todos os envolvidos nesta temática. Se faz importante a aprovação do referido plano o qual será requisito futuro para que o município receba repasses fundo a fundo, haja vista que já existem Conselho Municipal de Políticas Culturais adequado ao SNC (Sistema Municipal de Cultura) e fundo Municipal de Cultura no âmbito do município, ambos regulamentados por lei. À vista do exposto, sou favorável à presente matéria". Os vereadores acataram o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar a reunião foi dada por encerrada. Para constar, eu, Daniela Comito Mendes, Assistente Técnica Legislativa, lavrei a presente Ata que assino. a)

Sala dos Vereadores, 10 de julho de 2024.

Lauro Aparecido de Toledo
Presidente das Comissões de Justiça e Redação

Tiago de Faria
Relator da Comissão de Justiça e Redação,
Presidente das Comissões de Finanças e Orçamento e
de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social

Willhams Pereira de Moraes
Vice-Presidente das Comissões de Justiça e Redação e de
Finanças e Orçamento

Marco Antonio Zanesco
Membro das Comissões de Finanças e Orçamento e de
Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social

Thiago Bittencourt Balderi
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e
Assistência Social